

POR UMA PEDAGOGIA FEMINISTA: UMA EDUCAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

*Eixo Temático 10 – Diálogos sobre a violência contra as mulheres: Educação,
políticas públicas, proteção e enfrentamento.*

Cibelle Caroline Dantas Modesto¹
Marília Seabra Pantoja²
Lucélia de Moraes Braga Bassalo³

Resumo

O presente trabalho deu-se a partir da construção da identidade feminista de jovens mulheres atuantes nos movimentos sociais com engajamento para a luta das mulheres. Objetivou-se a compreensão das trajetórias e experiências de vida, os processos educativos e a conquista da emancipação a partir do feminismo. Os procedimentos metodológicos utilizados para reunião de dados foi a entrevista narrativa com seis jovens, interpretada a partir do método documentário e da fenomenologia social. Nessa direção, pode-se constatar a necessidade de refletir acerca do feminismo como instrumento de libertação, na medida que atua em benefício da desconstrução das desigualdades entre os gêneros.

Palavras-chave: Feminismo; Sistema Patriarcal, Pedagogia Feminista.

Introdução

A sociedade patriarcal alicerça-se sob a prática de submissão e violência de mulheres que ao longo dos seus percursos de vida precisam lutar constantemente para adquirir o seu espaço, bem como garantir seus direitos. É notório o crescimento de violências a que as mulheres estão expostas cotidianamente, interferindo nas suas escolhas de futuro, moldando a sua identidade e as suas relações em sociedade. A presente pesquisa objetivou a compreensão das trajetórias e experiências de vida de jovens feministas, mulheres paraenses, o entendimento dos contextos educativos vividos e a relevância do feminismo para a construção da

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, bellsdantas26@gmail.com;

² Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, liapantoja164@gmail.com;

³ Doutora em Educação. Programa de Pós Graduação em Educação/ Centro de Ciências Sociais e Educação. Universidade do Estado do Pará – UEPA. lucelia.bassalo@uepa.br

emancipação. A tematização expressa-se pelo contexto de opressões patriarcais, sugerindo papéis sociais para mulheres, a partir de uma visão biologizante e em um cenário de silenciamento, de exclusão e violências veladas ou explícitas.

O patriarcado, segundo Tiburi (2018) é “um pensamento pronto, que nos é dado para que pensemos e orientemos a nossa ação de um determinado modo, sempre na direção do favorecimento dos homens brancos e de tudo o que sustenta seu poder” (p. 41), punindo aquelas que desrespeitarem as suas normas. Uma estratégia de manutenção do poder, que se refere “a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (CHIMAMANDA, 2019, p. 23). Portanto, é relevante refletir acerca das opressões sociais que permeiam a trajetória de mulheres, permitindo a compreensão desta dinâmica a partir da ótica de quem sofre na pele as violências e a estigmatização gerada pelo patriarcado. Por outro lado, cria o entendimento da luta feminista na desconstrução do sistema de opressão e na construção da conscientização de inferioridade, o que segundo Sardenberg (2018) é um passo significativo para entender o quanto a sociedade reafirma a ideologia patriarcal e permite construir o desejo de mudança.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, sob a ótica da pesquisa fenomenológica, onde a reunião de dados partiu da entrevista narrativa com seis mulheres feministas utilizando o método documentário para a interpretação dos dados. Devido ao contexto de pandemia do Covid-19 as entrevistas narrativas foram feitas por meio da plataforma do Google Meet, seguindo os protocolos em vigor naquele momento e respeitando os aspectos éticos apresentados pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado por todas as participantes.

Historicamente, a luta feminista, iniciou após a Revolução Francesa quando de acordo com Saffioti (1976) as mulheres buscaram para si as “novas liberdades” alcançadas pelos homens. Segundo Garcia (2015), destaca-se neste período, Olympe de Gouges, defensora dos direitos das mulheres, propôs a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, em 1791 que conforme Miguel (2014) explica, reivindicava o reconhecimento das mulheres como cidadãs de direitos o quê, segundo o autor, com a obra de Simone de Beauvoir, “O segundo sexo”, revolucionou ao articular as esferas de âmbito social com o pessoal e as esferas do público com o privado. Como movimento social, o feminismo caminhou assim como demonstra Gohn (2007), na luta por um espaço na sociedade, pelo sufrágio, contra o poder concedido aos homens nas mais distintas esferas sociais. As feministas brasileiras, conforme a autora diz, inicialmente, organizado pelas mulheres urbanas e de classe média, centralizaram a luta em torno de pautas educacionais, o abolicionismo e o sufrágio. As relações sociais entre os sexos a partir da visão

feminista, exclui o olhar. Com Scott (1995) desenvolve-se a desconstrução do ideal violento que classifica as mulheres de acordo com a sua biologia, determinando papéis sociais. Para Sardenberg e Macedo (2011) definir o gênero enquanto a partir do biológico, naturaliza as divergências e reafirma desigualdades entre homens e mulheres.

A educação assume um lugar de destaque na luta feminista como instrumento de libertação. A pedagogia feminista como afirma Sardenberg (2011) pode ser uma importante ferramenta para atuar na desconstrução das desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres, desmistificando as ideologias de gênero, eliminando as desigualdades hierárquicas. Neste sentido a escola em um papel crucial em ser de acordo com Bassalo (2010) lugar de construção de práticas igualitárias, superação de estereótipos e de injustiças sociais.

Educação e feminismo: desconstruindo práticas de opressão e violência

A análise das entrevistas reafirmou a importância da educação na constituição de cada participante, no movimento de construção da sua identidade. Os resultados demonstraram que no processo de formação da identidade as mulheres, mesmo no século XXI, são submetidas a constantes estratégias de dominação masculina do sistema patriarcal.

As narrativas demonstraram que a educação das jovens mulheres está permeada de práticas sexistas e opressoras nos mais distintos contextos. Tal cenário educativo sexista está ligado as distinções de tratamento, percebidos desde a infância, no qual as meninas são ensinadas a partir de uma visão limitada que as exclui, enquanto aos homens são concedidos o livre exercício de ser. Corroborando com os pressupostos de Scott (1995) que ressalta que a subordinação feminina é o objetivo de uma prática de poder masculina que intenciona dominar a mulher, posta em posição de subalternidade para suprir os anseios masculinos. Gohn (2007) concorda com a ideia de que a formação da sociedade direciona a mulher para ser submissa e responsável pelos afazeres domésticos, como constou-se, fruto de uma sociedade que acredita na distinção entre os gêneros a partir da função biológica, o que para Pinto e Montenegro (2016) o feminismo trouxe um novo olhar para o conceito de gênero, sob o qual pode-se interpretar as origens das desigualdades, a relação de poder masculino, as quais são alicerçadas nas definições de papéis e os comportamentos atribuídos a homens e mulheres, onde as mulheres são privadas e silenciadas.

Ademais, constatou-se nas narrativas das participantes que sob a égide da opressão patriarcal existe um movimento de censura contra as mulheres, o qual constrói-se e mantém-se a partir de um leque de privilégios conferido aos homens. As jovens ressaltaram que a opressão está em todos os âmbitos da sua vida em sociedade, no contexto familiar, censuradas de fazer

escolhas cotidianas desde tipo de brincadeiras a responsabilidades; na escola, que a partir de uma prática tradicional seleciona atividades de acordo com os sexos; na religiosidade, que suscita a obediência a normas sociais e a submissão feminina.

Outro campo que emergiu das narrativas sobre a exclusão feminina é o político marcadamente de dominância masculina que recusa e repele a inserção das mulheres nas tomadas de decisão. Segundo Gohn (2007) o fato de que o desprezo e as práticas discriminatórias são responsáveis por deixar as mulheres o mais longe possível do âmbito do pensamento, destinando-as às atividades do cuidado, evidencia-se nas falas.

A par disso, as narrativas revelaram também que o contato com o feminismo confrontou experiências biográficas e atuou na construção da identidade feminista, o que lhes permitiu iniciar um caminho de luta em favor da desconstrução das desigualdades e na conscientização da luta feminista como um meio para sair da condição de submissão. Corroborando com Pedro e Guedes (2010) que dizem que a luta proferida pelas mulheres consiste na libertação das amarras da cultura patriarcal presente na base da sociedade.

Educação para emancipação: o feminismo pode ser ensinado

Refletir acerca do feminismo como protagonista da desconstrução das opressões patriarcais é de suma relevância para que se possa alcançar uma sociedade igualitária. A análise das entrevistas demonstrou também a importância do feminismo que atua fortemente na vida das jovens, nas suas expectativas e escolhas pessoais, no modo como enxergam o mundo e pensam a respeito dos contextos educativos, ressaltando a relevância de pensar na Pedagogia Feminista como uma ferramenta a ser inserida nos espaços que promovem a educação.

Destarte, destaca-se que o feminismo permitiu um novo olhar sobre a realidade que as envolve, diante dos modelos opressores experienciados ao longo das suas trajetórias. Para as jovens a luta das mulheres trouxe à tona o desejo de modificação e desmistificação das práticas sexistas que permeiam a sociedade. Segundo Pinto e Montenegro (2016) o feminismo é uma ação das mulheres em busca do fim da opressão e da discriminação da figura feminina, objetivando a desconstrução da cultura do patriarcado, além da promoção dos direitos das mulheres e a equidade de gênero, então o que o feminismo busca é o empoderamento e a autonomia das mulheres. Entretanto, constatou-se em diversas narrativas que as discussões feministas estão afastadas dos contextos educacionais de ensino regular, onde em sua maioria passaram a ter contato com o feminismo a partir da inserção nas Universidades, estas que permitem sem tabu o debate sobre as lutas feministas. Nesse viés, realça-se a importância de



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

pensar a respeito de práticas pedagógicas que reflitam acerca das opressões patriarcais. Justamente pelo fato de a educação feminista conscientizar as mulheres sobre os seus direitos.

Outro ponto de destaque suscitado pelas jovens é que a luta feminista é uma luta anticapitalista, na medida em que o capitalismo abarca muitos dos problemas enfrentados pelas mulheres, desde o momento de inserção como sistema econômico, o qual viu nas mulheres o meio de produção de mãos de obra para expansão do capital. Aliado a igreja católica perseguiu com veemência as mulheres, reduziu-as a sua função reprodutora. E mesmo na contemporaneidade, desmerece o contexto de luta, tenta mostrar que o movimento feminista como um modismo a ser consumido, visando somente obter lucro com algo que foi conquistado com muito esforço e dedicação de muitas mulheres ao longo do tempo. O que é suscitado por Federici (2017) ao afirmar que o capitalismo desde o princípio regulamentou as forças de trabalho e, as mulheres vistas como máquinas de reprodução foram as mais atingidas, tendo seus corpos invadidos pela lógica do capital. Nessa direção, evidencia-se que a luta das mulheres precisa agir de encontro as perspectivas capitalistas que inserem as mulheres na ótica da submissão e violência. E uma das medidas a serem adotadas é uma prática pedagógica que esteja atrelada a equidade nas relações entre os gêneros, que corrobore com o processo de emancipação feminina, ou seja, a pedagogia feminista que segundo Pinto e Montenegro (2016) fundamenta-se numa pedagogia da modificação social, emancipatória, promova um meio educacional sem sexismo e libertador, onde as mulheres sejam protagonistas atuando politicamente, autonomamente, exercendo a criticidade e principalmente que elas atuem na modificação das estruturas da sociedade.

Considerações finais

O presente trabalho demonstra que a educação ainda é um processo sob o qual incide o patriarcado, que jovens mulheres ainda são educadas sob o ponto de vista sexista, que o contato com o feminismo produz liberdades e, por fim, defende a Pedagogia Feminista como embasamento para a desconstrução das desigualdades entre os sexos.

Inserir uma Pedagogia Feminista no meio educacional desde as séries iniciais é uma ferramenta para desfazer a cultura patriarcal, pois infelizmente a escola continua a reafirmar a o sexismo em práticas cotidianas, então o feminismo como instrumento, pode romper com os paradigmas da educação sexista buscando a igualdade de gênero. A construção da igualdade, de uma consciência feminista, precisa iniciar desde a primeira infância e percorrer todo o processo de escolarização insistentemente. Para isso, é preciso formar professores que

entendam a importância de se trabalhar a história de luta das mulheres, a igualdade e a construção de uma sociedade justa.

É preciso produzir a igualdade e a liberdade como modo de existência, o patriarcado precisa ser superado, para que o feminicídio, a violência doméstica, mulheres com baixa autoestima não sejam mais estatísticas frequentes e crescentes. As participantes demonstraram a potência do feminismo em suas trajetórias, de tal modo que se constitui-se a formação e prática de professoras e professores poderíamos ter quiçá uma mudança estrutural no modo como a sociedade brasileira vê e trata as mulheres.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.
- GONH, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & sociedade**, v. 6, ed. 11, p. 41 – 70, 2007.
- BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. Relações de gênero e o papel da escola. In: Stevens, Cristina; TAROUQUELLA, Katia Cristina; CAMPOS, Tânia Mara; ZANELLO, Valeska (orgs). **Gênero e Feminismos: Convergências (in)disciplinares**. Brasília: Editora ExLibris, 2010.
- MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e política. In MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.
- PEDRO, Cláudia Bragança; GUEDES, Olenga de Souza. **As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres**. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas, 1 – 10, 2010.
- PINTO, Suênia; MONTENEGRO, Sandra. **Pedagogia Feminista: o caso do programa de formação sociopolítica “Cidadania e Direitos das Mulheres”**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2016.
- SARDENBERG, Cecília M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**. Brasília, DF, v.11 n.2, p.15-29, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict/inclusao/article/view/4106> . Acesso em: 15 de julho de 2021.



_____, Cecília M. B. Considerações introdutórias às pedagogias feministas. In COSTA, Ana Alice A.; VANIN, Alexnaldo T. I.M. **Ensino e Gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA – NEIM, 2011.

SARDENBERG, Cecília M. B.; MACEDO, Márcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In COSTA, Ana Alice A.; VANIN, Alexnaldo T. I.M. **Ensino e Gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA – NEIM, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS corpo, 1995.

TIBURI, Marcia. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. 4 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.